

Ferrovias Norte Sul S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Demonstração do valor adicionado	14
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	15

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

As condições mercadológicas no ano de 2016 abrandaram o crescimento previsto para a Companhia no referido período, que ainda assim registrou números positivos. A quebra de safras e retração de 18% no segmento de agricultura comparados ao período anterior resultaram na queda de 6% do volume transportado pela Companhia, que, no entanto foram compensados por recordes no volume transportado de combustíveis e celulose e o aumento de capacidade de carregamento ferroviário, gerando um crescimento de 15% no EBITDA. O maior destaque do período foi a renovação dos ativos operacionais e o início das operações do Terminal Integrador Palmeirante II e do Terminal Integrador Porto Nacional (ambos localizados no Tocantins).

Para alavancar sua capacidade produtiva, a Companhia investiu mais de R\$ 130 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), em projetos de meio ambiente, saúde e segurança, e principalmente na ampliação da capacidade produtiva.

Dessa forma, os investimentos e melhorias operacionais realizados pela Companhia nos últimos anos, aliadas às boas perspectivas do mercado para esse exercício quanto a retomada no crescimento de volume transportado e a recuperação do segmento de agricultura, apontam resultados ainda mais promissores para a Companhia em 2017.

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor-Presidente e Relações com Investidores

1. Síntese do Resultado 2016

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
<i>(em Milhões de R\$)</i>	2014	2015	2016	Δ¹
Receita Bruta	316	432	491	14%
Receita Líquida	286	398	449	13%
EBITDA	154	240	276	15%
Resultado Exercício	58	123	162	32%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	3.604	4.941	4.625	-6%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	4.503	5.773	5.228	-9%
Margem EBITDA	54%	60%	60%	1,3 p.p
Margem Lucro	20%	31%	31%	5,3 p.p

- A Receita Líquida da FNS fechou o ano de 2016 em R\$ 449 milhões, um aumento de 13% em relação ao ano anterior.
- Lucro Líquido de R\$ 162 milhões em 2016, 32% acima de 2015.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 276 milhões, 15% acima do ano anterior.
- Faturamento na FNS de 4.625 Milhões de TKU, 6% a menos que o ano anterior.

O resultado da FNS em 2016 foi suportado pelo crescimento no segmento de combustíveis e celulose compensando o segmento de agricultura que apresentou redução de volume em função da quebra de safra de milho e soja.

2. Investimentos

Em 2016, a FNS investiu R\$ 130,6 milhões (R\$ 108,5 milhões em investimentos de capital e R\$ 22,1 milhões em investimentos correntes). Os recursos foram alocados principalmente na expansão da capacidade (com destaque para o Programa Imperatriz e Expansão de QPM) e na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante).

3. Gestão de Pessoas

A FNS tem realizado investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente. Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada, foram: Programa de Estágio; Programa de Trainee Ferroviário; Jovens aprendizes; Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD).

Por meio de Pesquisa de Engajamento, a FNS procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários desdobrando os resultados em planos de ação. Como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos a companhia utiliza dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

4. Responsabilidade Social

A Ferrovia Norte Sul compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras à ferrovia. Sempre com foco em segurança, a FNS por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma

integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos. Iniciativas sociais do Grupo VLI também foram implementadas na área de influência da FNS como, por exemplo os projetos Transportando Conhecimento e Parceiro Caminhoneiro.

5. Meio Ambiente

Projetos estratégicos foram desenvolvidos ao longo do ano com destaque para o plano diretor que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área de meio ambiente, fornecendo diretrizes claras para se atingir a excelência operacional em 5 anos a partir de 2016 para toda a Companhia. Em algumas áreas operacionais foi implantado o Selo Verde, programa que propõe adequar as edificações da empresa ao conceito de Edificações Eficientes ao utilizar soluções que economizam recursos naturais e reduzem a poluição nas edificações da Companhia.

6. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 24 de março de 2017.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovia Norte Sul S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas



demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 - Balanço patrimonial

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

<u>Em milhares de Reais</u>			
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.4	8.935	30.146
Contas a receber	4.5	55.183	27.995
Estoques	4.6	3.372	1.058
Tributos a recuperar	4.8	25.203	10.159
Demais ativos	4.10	2.921	11.534
		95.614	80.892
Não circulante			
Contas a receber	4.5	286.903	242.720
Depósitos judiciais	4.9	18	-
Tributos a recuperar	4.8	15.522	13.698
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.23	348	1.506
Demais ativos	4.10	14.029	2.081
Imobilizado	4.11	224.389	229.572
Intangível	4.12	1.834.311	1.795.707
		2.375.520	2.285.284
Total do ativo		2.471.134	2.366.176
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.13	77.123	73.739
Contas a pagar	4.13	17.901	7.879
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	4.14	14.608	18.900
Dividendos a pagar	4.15	87.018	24.788
Demais passivos	4.16	228	1.959
		196.878	127.265
Não circulante			
Provisão para processos judiciais	4.9	-	1.885
Benefícios a empregados	4.26	2.006	626
Subconcessões a pagar	4.17	172.161	161.268
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.7	-	112.766
		174.167	276.545
Patrimônio líquido	4.18		
Capital social		1.826.893	1.712.476
Reservas de lucros		273.196	142.731
Dividendos adicionais		-	107.159
Patrimônio líquido		2.100.089	1.962.366
Total do passivo e patrimônio líquido		2.471.134	2.366.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 - Demonstração do resultado

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida de serviços prestados	4.19	448.732	397.788
Custo dos serviços prestados	4.20	(292.612)	(253.979)
Lucro bruto		156.120	143.809
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	4.21 (a)	(13.955)	(2.583)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.21 (b)	43.034	14.333
		29.079	11.750
Resultado operacional antes do resultado financeiro		185.199	155.559
Resultado financeiro	4.22	4.098	4.155
Despesas financeiras		(2.277)	(2.076)
Receitas financeiras		4.940	6.538
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		1.435	(307)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		189.297	159.714
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.23	(27.322)	(37.208)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(60.603)	(55.942)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(1.158)	1.506
Incentivos fiscais		34.439	17.228
Lucro líquido do exercício		161.975	122.506
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		91,05	71,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 - Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do período	<u>161.975</u>	<u>122.506</u>
Previdência privada	<u>-</u>	<u>(329)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>161.975</u>	<u>122.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.4 - Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	Reservas						Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 31 de dezembro de 2014	1.712.476	9.439	117.601	25.461	-	(329)		1.864.648
Resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	122.506	122.506
Reversão da previdência privada	-	-	-	-	-	329	(329)	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	329	122.177	122.506
Contribuição e distribuição aos acionistas								
Constituição de reservas	-	6.125	-	17.228	-	-	(23.353)	-
Dividendos adicionais	-	-	(33.123)	-	107.159	-	(74.036)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(24.788)	(24.788)
Total de contribuição e distribuição aos acionistas	-	6.125	(33.123)	17.228	107.159	-	(122.177)	(24.788)
Em 31 de dezembro de 2015	1.712.476	15.564	84.478	42.689	107.159	-	-	1.962.366
Resultado abrangente do período								
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	161.975	161.975
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	161.975	161.975
Aumento de capital por transferência de AFAC (Adiant.para futuro aumento de capital)	112.766	-	-	-	-	-	-	112.766
Aumento de capital por Incentivos Fiscais	1.651	-	-	(1.651)	-	-	-	-
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas								
Constituição de reservas	-	8.099	89.578	34.439	-	-	(132.116)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(107.159)	-	-	(107.159)
Constituição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(29.859)	(29.859)
Em 31 de dezembro de 2016	1.826.893	23.663	174.056	75.477	-	-	-	2.100.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.5 - Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	161.975	122.506
Ajustes:		
Depreciação e amortização	91.238	84.299
Provisões para perdas e processos judiciais	(2.429)	2.393
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(1.436)	308
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(7.763)	(6.749)
Despesas com benefícios a empregados	1.266	(454)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	1.158	-
Imposto de renda - Incentivo fiscal	(34.439)	(17.228)
	<u>209.570</u>	<u>185.075</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(60.152)	(92.456)
Estoques	(2.314)	446
Tributos a recuperar	(16.177)	(3.718)
Depósitos judiciais	(16)	-
Demais ativos	(3.335)	8.024
Fornecedores	4.346	24.285
Contas a pagar	10.022	7.879
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	30.146	26.901
Benefícios a empregados	114	-
Demais Passivos	(1.731)	(912)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>170.473</u>	<u>155.524</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	8.500	7.563
Compra de ativo imobilizado e intangível	(125.396)	(174.010)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(116.896)</u>	<u>(166.447)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	44.000
Dividendos pagos	(74.788)	(11.741)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financiamento	<u>(74.788)</u>	<u>32.259</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(21.211)</u></u>	<u><u>21.336</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	30.146	8.810
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.935	30.146

Durante o ano de 2016 foram recolhidos tributos sobre o lucro no montante de R\$ 40.907. (R\$ 32.174, durante o ano de 2015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.6 - Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015.

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	490.948	431.892
Outras receitas (despesas)	53.928	25.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	544	(511)
	<u>545.420</u>	<u>456.382</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(110.625)	(21.666)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(92.275)	(145.452)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	1.882	(1.882)
Outros	(4.374)	(4.069)
	<u>(205.392)</u>	<u>(173.069)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>340.028</u>	<u>283.313</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(91.238)	(84.299)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>248.790</u>	<u>199.014</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e Variações Cambiais	17.269	21.491
	<u>17.269</u>	<u>21.491</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>266.059</u>	<u>220.505</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	40.173	35.752
Impostos, Taxas e Contribuições	51.210	45.540
Remuneração de Capitais de Terceiros	12.701	16.707
Remuneração de Capital próprio	161.975	122.506
Valor Adicionado distribuído	<u>266.059</u>	<u>220.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FERROVIA NORTE SUL S.A.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia, vide nota explicativa 4.17. O trecho encontra-se em operação.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da FNS mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da FNS e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A., emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

4.2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 24 de março de 2017, pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

4.2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Benefícios de plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as

premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está à taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Subconcessão

Conforme descrito na Nota 4.3 (j) a Companhia segue as orientações da ITG 01 (que aprova o ICPC 01) e da CTG 05 (que aprova o OCPC 05) para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias;
- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido;
- III. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

c) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

d) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aluguel de Locos e Vagões	-	13.733
Dividendos a pagar - Passivo circulante	137.018	-
Reconhecimento de Dividendos a pagar - Patrimônio Líquido	137.018	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Passivo não Circulante	112.766	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Patrimônio Líquido	<u>112.766</u>	<u>-</u>

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de "empréstimos e recebíveis". Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um

mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no decorrer do período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM.

O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas, operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.11.

g) Intangível

Refere-se ao valor pago para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.12.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de redução do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

j) Subconcessão a pagar

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ITG 01 (que aprova o ICPC 01) não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação CTG 05 (que aprova o OCPC 05) - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

l) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia constituiu provisão de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

m) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades ferroviárias como estadia de vagões e aluguel de locomotivas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança;
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e;
- 3) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

n) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e no IFRS, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

o) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

p) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.24, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

q) Capital Social

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado ("DVA"), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

4.4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Bancos	5.478	1.038
Aplicações Financeiras (a)	3.457	29.108
	<u>8.935</u>	<u>30.146</u>

(a) Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,30% em 31 de dezembro de 2016 e 100,74% em 31 de dezembro de 2015 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.5 - Contas a receber

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	48.489	11.243
Contas a receber partes relacionadas	7.464	18.066
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(770)	(1.314)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>55.183</u>	<u>27.995</u>
Não circulante		
Contas a receber - VALEC (a)	286.903	242.720
	<u>286.903</u>	<u>242.720</u>
Contas a receber - total	<u>342.086</u>	<u>270.715</u>

(a) Saldo referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a VALEC, e ao Termo de Compromisso ("TAC") celebrado entre a FNS, o IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a VALEC e a Vale S.A. Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar Plano de Trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A, para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela VALEC, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a VALEC.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	339.273	255.051
Vencidos até 3 meses	1.499	14.526
Vencidos de 3 a 6 meses	537	40
Vencidos acima 6 meses	1.547	2.412
	<u>342.856</u>	<u>272.029</u>
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(770)	(1.314)
Contas a receber	<u>342.086</u>	<u>270.715</u>

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.6 - Estoques

Os saldos apresentados em estoques são compostos principalmente por combustíveis e peças de equipamentos utilizados na operação da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 3.372 (R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2015).

4.7 - Partes relacionadas

Balanco Patrimonial	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale S/A	5.513	1.944
Ferrovia Centro Atlântica S.A	33	33
VLI Multimodal S.A.	1.918	16.089
	<u>7.464</u>	<u>18.066</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
PASA	34	27
Ferrovia Centro Atlântica S.A	96	118
VLI Multimodal S.A.	1.637	2.408
VLI S/A	990	-
Valia	222	171
Vale S/A	1.580	12.284
	<u>4.559</u>	<u>15.008</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A.	-	112.766
	<u>-</u>	<u>112.766</u>

Demonstrações do Resultado

Receitas

Receita bruta de serviços prestados		
Vale S/A	1.979	-
VLI Multimodal S.A.	4.283	-
	<u>6.262</u>	<u>-</u>
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S/A	1.979	4.108
VLI Multimodal S.A.	15.179	10.300
	<u>17.158</u>	<u>14.408</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	1.049	46
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	896	-
VLI S/A	(303)	-
VLI Multimodal S.A.	55	-
	<u>1.697</u>	<u>46</u>
Custos e despesas		
Custo com direito de passagem		
Vale S/A	(40.926)	(26.574)
MRS Logística S/A		
	<u>(40.926)</u>	<u>(26.574)</u>
Custo dos serviços		
PASA	(261)	(189)
	<u>(261)</u>	<u>(189)</u>
Previdência Complementar		
VALIA	(496)	(605)
	<u>(496)</u>	<u>(605)</u>
Despesas com compartilhamento de gasto		
Ferrovia Centro Atlântica S/A	(10)	-
VLI Multimodal S.A.	(10.749)	-
VLI S/A	(2.048)	-
	<u>(12.807)</u>	<u>-</u>
Receitas(Despesas) financeiras		
VLI Multimodal S.A.	(744)	-
	<u>(744)</u>	<u>-</u>

Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

Os custos com Direito de passagem representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Refere-se à conversão de dívida relativa à compra de locomotivas e vagões oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia. Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas

no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora VLI, sem o respectivo reembolso.

4.8 - Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	4.567	5.931
Imposto de renda retido na fonte	1.225	905
PIS e COFINS a compensar	4.496	3.180
Imposto de renda e contribuição social antecipados	14.492	141
ISSQN	36	2
INSS	387	-
	<u>25.203</u>	<u>10.159</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	15.522	13.698
	<u>15.522</u>	<u>13.698</u>
Tributos a recuperar - total	<u>40.725</u>	<u>23.857</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

4.9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	18	-
	<u>18</u>	<u>1.885</u>
	<u>-</u>	<u>1.885</u>

Depósitos judiciais (movimentação):

	<u>31/12/2015</u>	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	-	16	-	2	18
	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>18</u>

Provisões para processos judiciais (movimentação)

	<u>31/12/2015</u>	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	1.885	-	(1.885)	-	-
	<u>1.885</u>	<u>-</u>	<u>(1.885)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

4.9.1 - Passivos contingentes

A FNS possui ação de natureza cível, trabalhistas e tributário, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2016 o montante estimado de passivos contingentes possíveis é de R\$ 54.000 (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 7.641).

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	5.000	-
Cíveis	9.000	7.641
Tributárias	40.000	-
Ambientais	-	-
Previdenciário	-	-
	<u>54.000</u>	<u>7.641</u>

4.10 - Demais ativos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	1.823	3.382
Adiantamento a fornecedores (a)	644	5.568
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	-	1.680
Despesas c/ licença de uso de softwares	177	45
Outras contas	277	859
	<u>2.921</u>	<u>11.534</u>
Não circulante		
Incentivos fiscais	3.968	2.081
Adiantamento a empregados	1.164	-
Adiantamento a fornecedores (a)	8.897	-
	<u>14.029</u>	<u>2.081</u>
Demais contas a receber - total	<u>16.950</u>	<u>13.615</u>

(a) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos.

4.11 - Imobilizado

4.11.1- Composição do imobilizado:

					<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,00%	36.809	(2.136)	34.673	38.576
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	30 anos	3,37%	17.288	(1.658)	15.630	18.078
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	12,84%	48.110	(8.125)	39.985	37.493
Veículos	3 a 7 anos	19,31%	6.969	(4.916)	2.053	3.013
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	1.911	(585)	1.326	959
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos 12,5 a 25	20%	7.005	(313)	6.692	2.024
Locomotivas	anos	6,80%	8.493	(556)	7.937	11.541
Vagões	33,3 anos	3,00%	99.151	(22.744)	76.407	79.151
Via permanente			14.331	(3.983)	10.348	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	-	-	-	5.557
			240.067	(45.016)	195.051	196.392
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.880	-	2.880	-
Benfeitorias em curso			26.458	-	26.458	33.180
			<u>29.338</u>	<u>-</u>	<u>29.338</u>	<u>33.180</u>

269.405 (45.016) 224.389 229.572

4.11.2 - Movimentação do imobilizado:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	40.725	-	-	61	(2.600)	(1.377)	36.809
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.329	-	-	212	3.274	(5.527)	17.288
Equipamentos autônomos	43.510	-	-	3.338	1.393	(131)	48.110
Veículos	6.725	-	-	2.745	199	(2.700)	6.969
Bens administrativos/auxiliares	1.385	-	-	413	42	71	1.911
Equipamentos e aplicativos de informática	2.368	-	-	11	(1.974)	6.600	7.005
Locomotivas	17.064	-	(2.799)	2.571	(4.042)	(4.301)	8.493
Vagões	98.647	-	(5)	516	93.000	(93.007)	99.151
Via permanente	-	-	-	94	(86.279)	100.516	14.331
Outros ativos	5.698	-	-	-	(5.554)	(144)	-
	235.451	-	(2.804)	9.961	(2.541)	-	240.067
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	2.880	-	-	-	-	2.880
Benfeitorias em curso	33.180	3.239	-	(9.961)	-	-	26.458
	33.180	6.119	-	(9.961)	-	-	29.338
	268.631	6.119	(2.804)	-	(2.541)	-	269.405

Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Imóveis	(2.149)	(827)	-	-	670	170	(2.136)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.251)	(523)	-	-	(266)	382	(1.658)
Equipamentos autônomos	(6.017)	(3.328)	-	-	1	1.219	(8.125)
Veículos	(3.712)	(1.204)	-	-	-	-	(4.916)
Bens administrativos/auxiliares	(426)	(159)	-	-	-	-	(585)
Equipamentos e aplicativos de informática	(344)	(146)	-	-	179	(2)	(313)
Locomotivas	(5.523)	(1.361)	2.096	-	4.240	(8)	(556)
Vagões	(19.496)	(3.257)	1	-	-	8	(22.744)
Via permanente	-	(2.210)	-	-	11	(1.784)	(3.983)
Outros Ativos	(141)	(56)	-	-	182	15	-
	(39.059)	(13.071)	2.097	-	5.017	-	(45.016)

Em 2016 ocorreram movimentações de adições de depreciação no montante de R\$ 13 que não foram alocadas para o resultado do exercício.

4.11.3 - Imobilizado em curso:

Benfeitorias em curso	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	1.985	6.191
Aquisição e modernização de material rodante	195	1
Implantação de Projetos	94	22
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	27.064	26.966
	29.338	33.180

4.12 - Intangível

4.12.1- Composição do intangível:

					31/12/2016	31/12/2015
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Subconcessão (a)	20,1 anos	4,72%	1.776.431	(435.366)	1.341.065	1.404.925
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	872	(788)	84	175
			1.777.303	(436.154)	1.341.149	1.405.100
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	25 a 50 anos	2,37%	8.136	(211)	7.925	1.736
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20,1 anos	4,19%	5.704	(519)	5.185	3.099
Veículos	6,7 anos	15,0%	25	(1)	24	-
Via permanente	14 a 20,1 anos	4,15%	379.295	(33.933)	345.362	187.117
Outros ativos	9,3 anos	10,00%	-	-	-	78.162
			393.160	(34.664)	358.496	270.114
Benfeitorias em curso			134.666	-	134.666	120.493
			2.305.129	(470.818)	1.834.311	1.795.707

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 4.1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e às benfeitorias na via permanente. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

4.12.2- Movimentação do intangível:

Intangível- Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Direitos de Subconcessão	1.776.431	-	-	-	-	-	1.776.431
Softwares adquiridos	872	-	-	-	-	-	872
	1.777.303	-	-	-	-	-	1.777.303
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Imóveis	1.883	-	-	6.253	(1.883)	1.883	8.136
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.254	-	-	790	(1.450)	3.110	5.704
Equipamentos autônomos	-	-	-	1.386	(1.386)	-	-
Veículos	-	-	-	223	(198)	-	25
Bens administrativos/auxiliares	-	-	-	70	(35)	(35)	-
Equipamentos e aplicativos de informática	-	-	-	12	(12)	-	-
Via permanente	202.604	-	-	96.322	70.909	9.460	379.295
Outros Ativos	82.041	-	(4.280)	61	(63.404)	(14.418)	-
	289.782	-	(4.280)	105.117	2.541	-	393.160
Benfeitorias em curso	120.493	119.290	-	(105.117)	-	-	134.666
	2.187.578	119.290	(4.280)	-	2.541	-	2.305.129

Intangível - Amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/12/2016
Direitos de Subconcessão	(371.506)	(63.860)	-	-	-	(435.366)
Softwares adquiridos	(697)	(91)	-	-	-	(788)
Imóveis	(147)	(61)	-	167	(170)	(211)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(155)	(177)	-	195	(382)	(519)
Veículos	-	(1)	-	-	-	(1)
Equipamentos e aplicativos de informática	-	-	-	(2)	2	-
Via permanente	(15.487)	(12.829)	-	(4.584)	(1.033)	(33.933)
Outros Ativos	(3.879)	(1.161)	4.250	(793)	1.583	-
	(391.871)	(78.180)	4.250	(5.017)	-	(470.818)

4.12.3- Intangível em curso:

Benfeitorias em curso	31/12/2016	31/12/2015
Construção e ampliação de pátios e terminais	54.414	16.864
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	25.520	9.523
Ramal Ferroviário	12.438	-
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	18.855	3.390
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	1.239	4.736
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	22.200	85.980
	134.666	120.493

4.13 - Fornecedores e Contas a pagar

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores terceiros	72.564	58.731
Fornecedores partes relacionadas	4.559	15.008
Contas a pagar (a)	17.901	7.879
	95.024	81.618
Fornecedores terceiros		
Mercado interno	72.546	53.829
Mercado externo	18	4.902
	72.564	58.731

a) Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Ferrovia Norte Sul.

4.14 - Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações Fiscais		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	544	2.897
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	1.585	218
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	2.050	1.960
PIS,COFINS	1.314	1.030
ISS (Imposto s/ Serviços)	2.004	1.789
Obrigações Trabalhistas		
Salários e encargos	4.805	2.410
Provisão para férias e 13º Salário	1.788	1.875
Benefícios trabalhistas	518	978
Participação nos resultados	-	5.743
	<u>14.608</u>	<u>18.900</u>

4.15 - Dividendos propostos / a pagar

Conforme o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações financeiras atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social. A destinação do eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário proposto pela diretoria será submetido à deliberação da Assembleia Geral.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	161.975	122.506
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	161.975	122.506
Reserva legal - 5%	(8.099)	(6.125)
Reserva de incentivo fiscal	(34.439)	(17.228)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	119.437	99.153
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(29.859)	(24.788)
Dividendos adicionais 2015	(107.159)	-
Parcela Dividendos adicionais pagos em 2016	50.000	-
Dividendos propostos/ a pagar	<u>(87.018)</u>	<u>(24.788)</u>

4.16 - Demais passivos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Seguro Responsabilidade Civil	47	370
Seguro Risco Operacional	140	1.589
Seguro Frota	10	-
Adiantamento de clientes	31	-
	<u>228</u>	<u>1.959</u>

4.17 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 172.161 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 161.268). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4.18 - Patrimônio líquido

a) Capital

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI S.A. transferiu integralmente para a VLI Multimodal a sua participação societária de 20,88% sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A, correspondente a 357.565.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A transferência das ações foi avaliada e aprovada com base no laudo contábil, emitido por empresa especializada, elaborado com base no acervo contábil da Ferrovia Norte Sul S.A. de 31 de dezembro de 2014.

Em 25 de janeiro de 2016, houve um aumento de capital pela capitalização do incentivo fiscal, cerca de R\$ 1.652, sem que houvesse a emissão de novas ações. Já em 07 de abril de 2016, foi realizado aumento de capital, via capitalização de AFAC, no valor de R\$ 112.766.

Com esta transferência, a partir desta data a VLI Multimodal passou a deter 100% de participação sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
VLI Multimodal S.A.	1.812.155.522	100,00%
Totais	1.812.155.522	100,00%

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da empresa é de R\$1.826.893, correspondente a 1.812.155.522 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2015, R\$1.712.476, correspondente a 1.712.476.162 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão/investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2016 totalizaram o valor de R\$ 273.196 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 142.731).

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

e) Dividendos adicionais propostos

Em 2015 a Administração da Companhia destinou a parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 107.159 para dividendos a pagar, sendo a parte do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 74.036 e da reversão parcial da reserva de expansão no valor de R\$ 33.123.

f) Lucro líquido básico e diluído por ação

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

	<u>31/12/2016</u>
Cálculo da média ponderada de ações	
(1.712.476.162 x 4/12)+(1.812.155.522 x 8/12)	1.778.929.069
Lucro Líquido do período	161.975
Ações em 31 de dezembro	1.778.929.069
Lucro líquido básico diluído por lote de mil ações R\$	91,05

	<u>31/12/2015</u>
Cálculo da média ponderada de ações	
(1.712.476.162 x 12/12)	1.712.476.162
Lucro Líquido do período	122.506
Ações em 31 de dezembro	1.712.476.162
Lucro líquido básico diluído por lote de mil ações R\$	71,54

4.19 - Receita dos serviços prestados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	306.982	247.917
Receita de estadia de vagões	186	732
Receita de aluguel de locomotivas	17.158	17.842
Receita de serviços acessórios	166.903	165.401
	<u>491.229</u>	<u>431.892</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(13.483)	(8.061)
PIS	(5.151)	(3.868)
COFINS	(23.582)	(17.816)
INSS Desoneração	-	(4.359)
	<u>(42.216)</u>	<u>(34.104)</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(281)	-
Receita líquida dos serviços vendidos	<u>448.732</u>	<u>397.788</u>

4.20 - Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(44.772)	(34.382)
Material	(8.400)	(4.411)
Combustíveis	(34.994)	(32.137)
Serviços contratados	(22.616)	(20.604)
Partilha de frete	(56.570)	(56.930)
Depreciação	(91.232)	(84.294)
Tributos e taxas	(172)	(165)
Alugueis	(18.682)	(12.928)
Seguros	(4.893)	(1.919)
Utilities	(3.216)	(1.436)
Viagens	(3.618)	(3.120)
Outros	(3.447)	(1.653)
	<u>(292.612)</u>	<u>(253.979)</u>

4.21 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	(573)	(263)
Serviços contratados	(280)	(202)
Compart. de despesas	(12.762)	(1.827)
Depreciação	(6)	(5)
Tributos e taxas	(241)	(208)
Alugueis	(10)	(35)
Seguros	(6)	-
Utilities	(8)	(4)
Viagens	(69)	(28)
Outros	-	(11)
	<u>(13.955)</u>	<u>(2.583)</u>

b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.204	2.591
Venda de ativos	8.500	7.563
Recuperação de despesas	7	3.371
Exploração da Faixa de Domínio	24	32
Multas contratuais	42.385	7.713
Reversão benefícios a empregados	-	454
Outros	808	3.277
	<u>53.928</u>	<u>25.001</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(4.400)	(1.819)
Baixa de Ativos	(737)	(814)
Perda de recebíveis	(955)	(140)
Outros gastos c/pessoal	-	(650)
Outras operacionais	(6.951)	(4.492)
Indenizações	(277)	(360)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	544	(511)
Provisão para processos judiciais	1.882	(1.882)
	<u>(10.894)</u>	<u>(10.668)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>43.034</u>	<u>14.333</u>

4.22 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	4.565	5.629
Juros, taxa e multas de mora	375	491
Outras receitas financeiras	-	418
	<u>4.940</u>	<u>6.538</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(1)	-
Encargos sobre Cessão de Créditos	(744)	-
Encargos por atraso	(49)	(2)
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(471)	-
Comissão de Fiança	(180)	-
Juros, taxas e multas	(523)	(981)
Outras despesas financeiras	(309)	(1.093)
	<u>(2.277)</u>	<u>(2.076)</u>
Receitas com variação monetária e cambial	<u>1.435</u>	<u>(307)</u>
	<u>1.435</u>	<u>(307)</u>

4.23 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferido**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	193	329
Provisão para processos judiciais	-	471
Outras provisões	48	1.926
	<u>241</u>	<u>2.726</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	69	118
Provisão para processos judiciais	-	169
Outras provisões	38	694
	<u>107</u>	<u>981</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	348	1.506
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	-	2.201

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	1.506
2017	348	-
	<u>348</u>	<u>1.506</u>

Composição dos tributos diferidos reconhecidos

Imposto de renda diferido		
Outras provisões	241	1.107
	<u>241</u>	<u>1.107</u>
Contribuição social diferida		
Outras provisões	107	399
	<u>107</u>	<u>399</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	<u>348</u>	<u>1.506</u>

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação	189.297	189.297	159.714	159.714
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	964	964	170	170
Multas não dedutíveis	132	132	824	824
Outras	81	81	979	979
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais, líquida	(1.882)	(1.882)	1.882	1.882
Constituição de obrigação de benefício de aposentadoria	-	-	(454)	(454)
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	(5.744)	(5.744)	2.038	2.038
Constituição de perdas de créditos, líquida	(544)	(544)	511	511
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	(1.548)	(1.548)	(202)	(533)
Lucro real	180.756	180.756	165.462	165.131
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	<u>(45.165)</u>	<u>(16.268)</u>	<u>(41.343)</u>	<u>(14.862)</u>
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	830	-	263	-
Despesas do ano corrente	<u>(45.165)</u>	<u>(16.268)</u>	<u>(41.343)</u>	<u>(14.862)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(44.335)</u>	<u>(16.268)</u>	<u>(41.080)</u>	<u>(14.862)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(851)	(307)	1.107	399
Incentivos Fiscais	34.439	-	17.228	-

Imposto de renda e contribuição social do exercício
Alíquota efetiva total

(10.747)	(16.575)	(22.745)	(14.463)
5,68%	8,76%	14,24%	9,06%

c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE até dezembro.2018 e de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM até dezembro.2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

Unidades FNS	Percentual	Valor R\$
SUDAM (TO)	44,97%	15.486.784,51
SUDENE (MA)	55,03%	18.952.243,12
Total		34.439.027,63

4.24 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos: i) a geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e; ii) a metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.25 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Resp. Civil do Transp. Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Estagiários	R\$ 13

4.26 - Benefícios a empregados

4.26.1- Planos de Previdência Privada

Plano de Benefício - FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

A Companhia, sua controladora e outras empresas do Grupo VLI são patrocinadoras da VALIA.

a) Contribuições

As despesas relacionadas às contribuições plano de contribuição definida Vale Mais, no período findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 496 (Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 605).

A FNS não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A FNS é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

b) Principais premissas atuariais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reconciliação do valor líquido de passivo (ativo)		
1.Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	(1.846)	65
2.Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(127)	59
3.Resultado obrigação do Benefício Definido Incluído em Outros result. Abrangentes (OCI)	(27)	(1.290)
4.Contribuição patrocinadora/pago pela empresa	(543)	(680)
5.Contribuição de Participante	-	-

6. Valor líquido do passivo / (ativo) no final do ano	(2.543)	(1.846)
	31/12/2016	31/12/2015
Principais premissas atuariais		
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,15%	13,31%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	11,13%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468

4.26.2- Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos das empresas do Grupo VLI tem como principal intuito aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em março de 2014, podendo ser estendido por um período de mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa neste período.

A implementação deste programa não obriga a FNS a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir o programa, deverá escolher o percentual da sua bonificação a ser investido e o nível de investimento desejado. O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa, em número de salários, serão transformados em UVVs. A valoração se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI S.A.. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

Em 31 de dezembro de 2016 totalizaram o valor de R\$ 2.006 (em 31/12/2015 R\$ 626).

4.27 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as empresas do grupo VLI não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

Riscos de Mercado

Riscos de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.17), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com

deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2016.

31/12/2016				
Indexador	Taxas do final do período (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,63%	12,27%	10,90%	8,86%

(i) Taxa em 31/12/2016.

31/12/2016				
	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	4.565	4.109	3.652	2.967

(b) Riscos de créditos

Os riscos de créditos são administrados corporativamente. Os riscos de créditos são decorrentes de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes.

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Instrumentos financeiros

Abaixo relacionamos os Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	5.478	1.038
Aplicações Financeiras	3.457	29.108
Contas a receber	334.622	252.649
Partes relacionadas	7.464	18.066
	<u>351.021</u>	<u>300.861</u>
Passivo		
Fornecedores	72.564	58.731
Contas a pagar	17.901	7.879
Partes relacionadas	4.559	15.008
Arrendamento, concessões e subconcessões	172.161	161.268
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	112.766
	<u>267.185</u>	<u>355.652</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Total passivo	371.045	403.810
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.935)	(30.146)
	<u>362.110</u>	<u>373.664</u>
Patrimônio líquido	2.100.089	1.962.366
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	112.766
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>2.100.089</u>	<u>2.075.132</u>
	<u>17,24%</u>	<u>18,01%</u>

5 - Declaração de revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Norte Sul S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. dos Portugueses S/N, Prédio DILN, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.257.877/0001-37 (“FNS”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“INSTRUÇÃO”), declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FNS relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e
- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FNS referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

6 - ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Luiz Otávio Andrade Rodrigues da Costa

Milton Nassau Ribeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretoria

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Gustavo Serrão Chaves

Diretor Vice-Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 045913/O-6 "S" MA
